

POLÍTICA DE EXPERIMENTAÇÃO: nas redes e nas ruas

Lúcia Maciel Barbosa de Oliveira

A disjunção entre a sociedade civil e o Estado tem evidenciado o esgotamento de instituições tradicionais das democracias representativas, que não conseguem dar respostas satisfatórias à sociedade nem dar vazão à multiplicidade de desejos e de voz pública, não mais passíveis de contenção nos espaços delimitados pelas instituições tradicionais. As novas dinâmicas nas práticas culturais e artísticas não podem ser apartadas do processo político-social de forma mais ampla. Tal processo gera desafios para a política e a gestão cultural.

Thomas Mann, escritor alemão, empreende uma viagem de navio, em 1934, da Holanda aos Estados Unidos. Na travessia vai acompanhado de *Dom Quixote* – escrito por Miguel de Cervantes –, que, segundo o alemão, é o livro justo para uma viagem pelo mundo: “[...] escrevê-lo foi uma aventura ousada, e a aventura receptiva que se cumpre ao lê-lo está à altura das circunstâncias”, anota Mann. A experiência da viagem, tramada com a leitura, é registrada em diário. Em um dos seus apontamentos lê-se que

é preciso acolher o presente em toda a sua complexidade, em todas as suas contradições, pois o futuro nasce do que é múltiplo, não do que é único. (MANN, 2014, p. 117)

O preceito de Mann parece encontrar resistência ainda hoje, quando o acolhimento ao múltiplo, ao desconhecido e ao incerto desconcerta e muitos ainda anseiam por um amplo relato que organize a diversidade do

mundo como uma espécie de tábua de salvação. Na perspectiva do uno, o futuro só pode ser concebido como uma cruel repetição do presente. *Avançamos num mar de surpresas e incertezas*, lembra Favaretto (2012), o que nos coloca diante da indeterminação, de uma paisagem desconhecida que é preciso configurar e decifrar. Ante tal desafio, e na impossibilidade de dar respostas seguras, cabe-nos a tarefa de problematizar a respeito do novo contexto em que estamos inseridos.

Um eixo fundamental dessa problematização diz respeito ao fato de que, nas sociedades em que a democracia está instalada, há uma disjunção crescente entre o Estado e a sociedade civil que tem se tornado visível em várias esferas, sobretudo nas políticas públicas, que parecem andar a reboque da dinâmica social, dia a dia mais complexa em decorrência do próprio processo democrático. A sociedade civil é ator-chave da dinâmica atual.

O filósofo Jacques Rancière, em seu livro *Ódio à Democracia*, busca compreender

de que forma, no interior das supostas sociedades democráticas, uma *intelligentsia* dominante, que não deseja viver sob outro regime, acusa diariamente os males causados pela democracia, “a catástrofe da civilização democrática”. Em outras palavras, a expansão da democracia incomoda, sobretudo pelo princípio segundo o qual seu cerne é o poder de qualquer um para governar, para adentrar em esferas antes reservadas a poucos. A intensidade da vida democrática, sua ingovernabilidade advinda da constante e conflituosa expansão que opera em seu interior, fundamenta seu governo. Nas palavras do autor,

o processo democrático é o processo desse perpétuo pôr em jogo, dessa invenção de formas de subjetivação e de casos de verificação que contrariam a perpétua privatização da vida pública. (RANCIÈRE, 2014, p. 81)

A razão de ser da democracia é o reconhecimento do outro, o permanente exercício de reconhecimento, e tem como princípio fundamental a ampliação dos direitos, cuja matéria-prima é o desejo, na bela formulação de Renato Janine. É o desejo dos sujeitos, com novas lógicas e novas sensibilidades na arena pública, que lutam por reconhecimento. Vivemos, portanto, um fenômeno próprio do desenvolvimento democrático, que é a constante busca pela ampliação do espaço na arena pública, a qual advém da multiplicidade de desejos. A administração dessa diversidade é algo próprio da dinâmica da democracia e um dos grandes desafios da gestão democrática. Trata-se da compreensão de que *a democracia não chegará a um momento em que estará consolidada, na medida em que ela tem, por princípio,*

esse processo de ampliação pelos desejos, essa permanente condição de desejo. A multiplicidade de vozes que buscam espaço na arena pública é inerente ao exercício democrático. A continuidade e o alargamento do processo de democratização levam a sociedade a exigir uma participação cada vez maior e mais ativa na esfera pública e na tomada de decisões.

A disjunção entre a sociedade civil e o Estado tem evidenciado o esgotamento de instituições tradicionais das democracias representativas, que não conseguem dar respostas satisfatórias à sociedade nem dar vazão à multiplicidade de desejos e de voz pública, não mais passíveis de contenção nos espaços delimitados pelas instituições tradicionais. A legitimidade do Estado tem sido abalada pela dificuldade em acompanhar as transformações da sociedade, o que se traduz na tensão constante entre as suas instituições e as novas dinâmicas sociais, trazendo reflexos diretos nas políticas públicas. Estas parecem se guiar por modelos e sistemas antes legitimados, mas que não fazem face à indeterminação contemporânea, às múltiplas dinâmicas que constituem sua paisagem. As lentes parecem apontar para a criação de relatos parciais de sujeitos e grupos que buscam construir espaços no mundo, abrir fendas, mesmo que temporárias. A política toma a forma de uma batalha entre diferentes âmbitos de visibilidade. Os corpos estão saindo às ruas. A perspectiva empreendida por Paul B. Preciado para a compreensão de movimentos como os Indignados na Espanha e a vitória de Ada Colau em Barcelona foca *a passagem de uma política de representação para uma política de experimentação, em que a ação e a narração remetem à construção de múltiplos significados por corpos indisciplinados.*

O modo de vida atual é crescentemente participativo; a sociedade sente-se excluída da arena pública e quer nela ser reconhecida e dela participar. Há um sentimento de desconforto e descontentamento que gera tensão de forças múltiplas e heterogêneas em ação. Enquanto a política permanece como que acorrentada a um tempo pretérito, a sociedade avança pelas ondas líquidas e digitais da vida hipermoderna, defende o cientista político Marco Aurélio Nogueira (2013).

A compreensão da dinâmica política atual, que tem ganhado novos contornos com o desenvolvimento de novas tecnologias de informação e comunicação, é elemento fundamental para o entendimento das práticas culturais e artísticas na atualidade. Em outras palavras, as novas dinâmicas nas práticas culturais e artísticas não podem ser apartadas do processo político-social de forma mais ampla. As práticas culturais e artísticas, em sua relação com as novas tecnologias de informação e comunicação, evidenciam a proatividade dos novos atores e a localização incerta de muitos processos culturais na produção, na circulação – o que reduziu a sacralização de lugares de exibição – e na criação de novos espaços de experiências culturais e artísticas.

Nas redes circulam produções e se desenvolvem discussões que reforçam tal ideia. O modelo de comunicabilidade em rede – interativo e conectivo (MARTÍN-BARBERO, 2014) – abre potencialidades e novas problemáticas para as trocas, os intercâmbios, a afirmação de identidades e de coletividades, as novas elaborações simbólicas e os enfrentamentos conflituosos.

Portanto, se a dinâmica democrática gera tensões permanentes, no universo

da cultura essas tensões parecem ganhar contornos fortes em decorrência dos novos desejos e das novas necessidades da multiplicidade de sujeitos e grupos que compõem a sociedade. A cultura é entendida como processo de elaboração contínua em um mundo em que as interdependências e os confrontos se intensificam a cada dia. Ela deve ser diálogo, o que significa troca permanente, performativa e interativa e, como consequência, imprevisibilidade, abertura para o devir, e isso exige a gestão de contextos de interculturalidade.

É em torno da participação que flutuam as maiores esperanças de recomposição social e recuperação da política, lembra Marco Aurélio Nogueira (2013). A política é antes de tudo a capacidade de quaisquer corpos se apoderarem de seus destinos. Trata-se de emancipação e, segundo Jacques Rancière (2010), emancipação significa borrar a fronteira entre os que atuam e os que olham, entre indivíduos e membros de um corpo coletivo. Uma comunidade emancipada é uma comunidade de narradores e de tradutores: fronteiras cruzadas, papéis borrados, situar-se nas interações e nos desacordos.

As novas tecnologias de informação e comunicação têm modificado as práticas culturais e artísticas, suas estratégias, a forma como os sujeitos se relacionam com o mundo, a maneira como aprendem, criam, compartilham, se agrupam, colaboram, fazem circular sua criação, se apropriam. Vivemos hoje a emergência de processos criativos em espaços distribuídos na cidade, muitos deles improváveis, fortalecendo as microlocalidades e a multiplicidade de vozes, imbricações e interações, estabelecendo redes de tensão e

potencializando o desejo de criação de outros tempos e espaços, a geração de experiências, os novos afetos e sinergias.

Muitos sujeitos têm repensado sua forma de estar no mundo, abrindo fendas para viver uma descontinuidade particular, subjetiva, mas que reverbera no coletivo – retomando a experiência como parte fundamental da existência, interpelando seu tempo para estar à altura de transformá-lo. Eis um grande desafio para pensar práticas culturais e artísticas na atualidade.

Talvez estejamos nos aproximando daquilo que o historiador Michel de Certeau (1997) defendeu como tônica da ação humana: a invenção da própria liberdade, da criação de brechas e espaços de movimentação. Em sua concepção, a cultura “é uma proliferação de invenções em espaços circunscritos” (p. 19); ou, ainda, “a cultura é o flexível” (p. 233), oscilando entre a permanência e a invenção, sendo necessário que as práticas sociais tenham significado para quem as realiza. De Certeau questiona: “[...] que grupo tem o direito de definir, em lugar dos outros, aquilo que deve ser significativo para eles?” (p. 142).

Como se produz e se constrói o espaço público? Como se toma a palavra nele? Os corpos saíram às ruas e anseiam pela vida sem mediações. A disseminação e o barateamento das novas tecnologias de informação e comunicação têm possibilitado que sua apropriação aconteça de maneira cada vez mais ampla, permitindo que sujeitos e grupos produzam obras e as façam circular, o que potencializa sua apropriação e amplia os circuitos e a produção de uma multiplicidade de relatos. Segundo Canclini (2010), movimentos artísticos, políticos e culturais

trabalham tomando fragmentos do mundo, dando certa visibilidade ao que é iminente e mostrando como se pode atuar mesmo a partir de visões incompletas em zonas de interseção que sugerem e insinuam mais do que representam literalmente. Ao narrar, contar suas experiências aos outros, os indivíduos e os grupos constituem-se como sujeitos da linguagem, sujeitos da vida pública, e

instaura-se a relação entre o reconhecimento e a participação cidadã, a capacidade de participação e intervenção dos indivíduos e as coletividades em tudo aquilo que os concerne. (MARTÍN-BARBERO, 2014, p. 22)

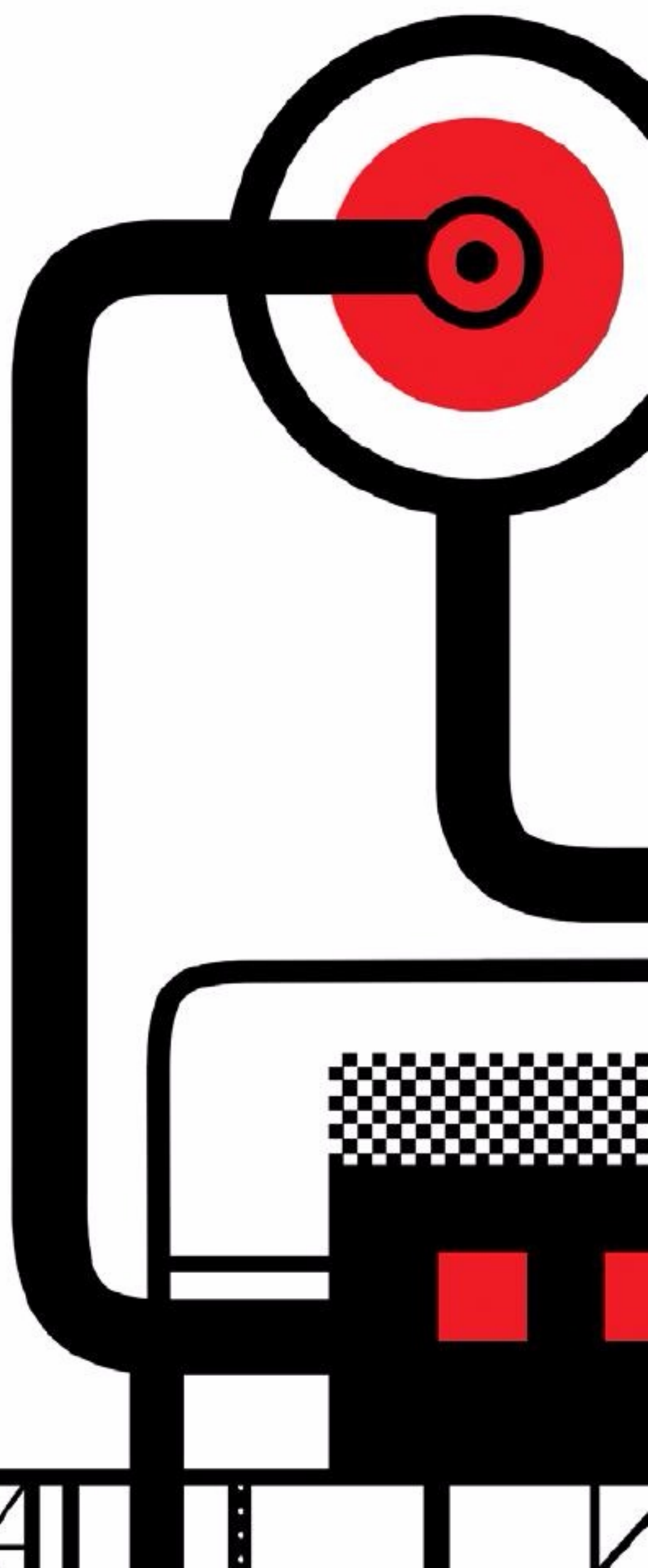
No que se refere especificamente às políticas públicas de cultura, o descompasso entre suas proposições e suas ações e a multiplicidade social ganha contornos mais nítidos, sobretudo porque sua organização formal, a questão do patrimônio (nem sempre coletivamente compartilhado) e no que este está instituído são eixos de tensão permanente com a dinâmica cultural, a cada dia mais complexa. Para adensar ainda mais a trama, *o desenvolvimento e a disseminação das novas tecnologias de informação e comunicação têm permitido que o sistema de produção cultural ganhe novos contornos*, habilitando canais para que a arte e a cultura floresçam em dinâmicas fora dos espaços consagrados e dos circuitos tradicionais, que não têm mais o privilégio de estabelecer balizas e critérios para inclusão ou exclusão no sistema artístico-cultural nem o de definir os valores culturais. Como estar à altura do presente no que se refere às políticas públicas de cultura? No século XXI, de que forma as políticas

culturais respondem às inquietações, aos desejos e às necessidades do emergente que, segundo Raymond Williams, se transmudarão em dominantes no futuro? Citando Martín-Barbero (ibid., grifos nossos):

A convergência digital introduz nas políticas culturais uma profunda renovação do modelo de comunicabilidade, pois do unidirecional, linear e autoritário paradigma da *transmissão de informações*, passamos ao modelo da *rede*, isto é, ao da *conectividade* e da *interação* que transforma o modo mecânico da comunicação a distância pelo modo eletrônico da *interface de proximidade*. Novo paradigma traduzido em uma política que privilegia a sinergia entre muitos projetos pequenos acima da complicada estrutura dos grandes e pesados aparatos tanto na tecnologia como na gestão.

Portanto, se a dinâmica democrática gera tensões permanentes, no universo da cultura essas tensões parecem ganhar contornos fortes, o que se reflete no permanente conflito, próprio da política cultural, entre a manutenção das tradições, da memória, do patrimônio, dos cânones, das instituições, do consagrado – mesmo das culturas popular e periférica vistas sob uma ótica cristalizada – e os novos desejos e necessidades da multiplicidade de sujeitos e grupos que compõem a sociedade, das suas experimentações, dos seus espaços de visibilidade. Como a cultura é inerente ao ser humano, desenvolve-se a despeito das políticas culturais. A política e a gestão cultural estão desafiadas a estar à altura da dinâmica atual. Diante da multiplicidade de desejos que busca espaço na arena pública,

elas devem criar condições e facilidades, habilitar canais, negociar de maneira pactuada para adquirir legitimidade. A cultura é o flexível, falando novamente com De Certeau, e a política e a gestão cultural devem assumir tal perspectiva, criando fendas para que seja possível respirar, abrindo possibilidades para interações e intercâmbios. A cultura sempre será um campo de incertezas. **OBS**





Lúcia Maciel Barbosa de Oliveira

É docente e pesquisadora no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI) e no Departamento de Biblioteconomia e Documentação da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA/USP). Tem doutorado em ciência da informação (PPGCI), mestrado em ciências da comunicação [Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação (PPGCOM)], bacharelado em história [Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH)] e licenciatura em história [Faculdade de Educação (FE)], todos pela USP. É autora, entre outras publicações, de *Corpos Indisciplinados: Ação Cultural em Tempos de Biolítica; Nossos Comerciais, por Favor!*; e *Biblioteca Escolar e Circuitos Culturais*.



Referências bibliográficas

- CANCLINI, Néstor García. *La sociedad sin relato: antropología y estética de la inminencia*. Buenos Aires: Katz, 2010.
- DE CERTEAU, Michel. *A cultura no plural*. Campinas: Papirus, 1997.
- FAVARETTO, Celso. Transformação em processo. In: *Educação integral: experiências que transformam*. São Paulo: Fundação Itaú Social: Unicef: Cenpec, 2012.
- MANN, Thomas. *Travessia marítima com Dom Quixote*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.
- MARTÍN-BARBERO, Jesus. Diversidade em convergência. In: *Matrizes*, São Paulo, v. 8, n. 2, p. 15-33, 2014.
- NOGUEIRA, Marco Aurélio. *As ruas e a democracia*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2013.
- RANCIÈRE, Jacques. *El espectador emancipado*. Buenos Aires: Manantial, 2010.
- _____. *Ódio à democracia*. São Paulo: Boitempo, 2014.
- RIBEIRO, Renato Janine. *A democracia*. São Paulo: Publifolha, 2002.
- WILLIAMS, Raymond. *Cultura*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.